

NO AR: COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PELAS ONDAS DA RÁDIO ESCOLAR

Sebastião Faustino Pereira Filho

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN

Resumo

O trabalho é resultado das apreensões iniciais da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujo estudo de vivência (campo) está se desenvolvendo na Escola Municipal Djalma Maranhão, no bairro de Felipe Camarão (Natal/RN). As interlocuções que buscamos evidenciar inserem-se no universo da inter-relação entre a comunicação e a educação, mais especificamente o diálogo estabelecido nas duas áreas mediado pelo meio de comunicação rádio. No texto proposto, procuramos compreender como a mídia está inserida nos sujeitos da educação e como eles estão incluídos nela atualmente. Assim, como essa imbricação tem acontecido, no esforço de analisá-la através da co-relação entre as duas hiper áreas citadas. Apontamos ainda, algumas discussões sobre o papel da mídia na educação e a educação para os meios e as relações com a cultura. Bem como apresentamos algumas potencialidades do uso da rádio escolar como elemento nas práticas educacional, de cidadania, inclusão social e digital etc. Mostramos a importância da educação no processo de desmistificação e desmitificação da mídia como passo fundamental à consciência crítica sobre os meios, pensando-a como neutralizante das ações equivocadas dos meios de comunicação potencializando-os de forma positiva através de exercícios educacionais, alternativa mais eficaz no processo de compreensão dos fenômenos da sociedade apresentados pela mídia. Apresentamos nossa compreensão de rádio escolar que se diferencia da forma de entendimento do rádio educativo, por exemplo, no qual o processo de ensino-aprendizagem se origina verticalmente. O programa chega ao destinatário pronto, elaborado por profissionais da comunicação e da educação. Porém, na emissora escolar os aprendentes participam de todo processo e seu universo de conhecimento se alarga devido sua atuação em todos estágios do ensino-aprendizagem, apreendendo, aprendendo e convivendo com o saber e demais parceiros.

Palavras-chave: Comunicação. Educação. Rádio Escolar.

No ar: a comunicação pela rádio escolar

Sabemos que a comunicação é uma prática humana bastante antiga, e seus mecanismos se configuram de acordo com a tecnologia da época, assim como condições naturais, geográficas e outros. Podemos considerar a evolução da comunicação como um processo histórico, como é pertinente também, a sua ligação com o poder e a política.

Assim, a relação entre a Comunicação e a Educação é um fenômeno bastante antigo tanto no mundo, quanto no Brasil, respeitando, claro, as nuances históricas e o tipo de meio utilizado (PRETTO, 2001: 120-131). Porém, a chegada do rádio em território nacional tinha como objetivo prioritário à educação. Pensava o educador Roquette Pinto utilizar as ondas eletromagnéticas para propagar o

conhecimento àqueles que não tinham acesso à escola, em suas proximidades (TAVARES, 1997). Assumia duplo papel: comunicador e educador ao mesmo tempo.

Passam-se os anos e o desenvolvimento das técnicas vão permitindo o alcance dos meios de comunicação em lugares até então inacessíveis de forma instantânea. Dão origem a novas maneiras, criam hábitos, costumes e diferentes sociabilidades. Como afirma Guareschi (1991: 19) “a comunicação está forjando os novos professores, os novos sábios, os novos mestres da verdade e da moralidade”. Os meios de comunicação e informação, segundo ele, põem em segundo plano a função de instituições secularmente construídas como a família, igreja e a escola, por exemplo.

É pertinente a observação acima, no entanto, torna-se obrigatório discutir a importante e consistente construção na sociedade atual dos meios de comunicação na vida dos indivíduos modernos. Compreende-se a força dos meios no controle social, mas percebe-se também, o poder de reação contra ele próprio, utilizando-os como veículo construtor de consciência social, cultural, política e educacional, estendendo sua capacidade de construção. Assim como da própria peçonha extrai o antídoto, da mesma forma que os meios são usados para manipular e construir uma realidade/verdade, por ele mesmo, é possível também alcançar e gozar de direitos, cobrar deveres e exercer a cidadania.

É relevante observar, que nesse contexto, apesar do indiscutível poder que a mídia dispõe de “fabricar” e promover a manutenção de mitos, ídolos, ela não consegue ultrapassar toda realidade fazendo-se única verdade. Deve ser considerado, quanto à recepção da mensagem, a existência do interlocutor ativo que recebe seus conteúdos e através de sua capacidade racional, cultural, política construída e acumulada, possibilita-o de discernir as idéias sub-reptícias que a mídia emite. Portanto, é preciso reconhecer a limitação que ela possui. Dessa maneira não é concebível considerar a *forma* como única responsável pela hegemonia dos meios midiáticos em todos os seus espaços.

Considerar como hegemônico, passível de aceitação, todo conteúdo político emitido pela mídia como convencível, é desconsiderar o embate de forças entre lados opostos. Caso isso fosse posto como verdade absoluta estaria eliminando a possibilidade do contraditório no confronto das oposições de idéias, por exemplo. É certo que as emissões de mensagens em confronto causa dúvidas nos espectadores. Porém, é através de vários elementos que se definirá um processo de escolha. Seja a compra de um produto, o sufrágio a um candidato etc. Por outro lado, não se pode deixar de ressaltar também, a importância e a densidade que possui a atuação das formas de comunicação na sociedade.

Acreditar na possibilidade de alternativas midiáticas, principalmente às classes subalternas, dando vez e voz a elas, é refletir na importância da esperança como veio de mudança contra a opressão promovida pela mídia, nos seus mais variados aspectos. A esperança é o alento da transformação. Segundo Freire ela “é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo”. Continua, “só há História onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História” (FREIRE, 2006: 72). Acreditamos ser a rádio escolar um campo de oportunidades, consideravelmente importante, aos educandos e educadores para discutirem os problemas que os cercam, e baseado no sentimento da esperança, citado acima, pensar o seu *existir* (FREIRE, 1974: 59-64).

Educar para *desmistificar* e *desmitificar*

No cenário contemporâneo são de conhecimento geral as profundas transformações que o mundo vem enfrentando desde o século passado. As novas tecnologias (analógicas ou digitais) de informação e comunicação interligam os principais pontos do planeta e

acarretam mudanças na maioria dos indivíduos e na sociedade, ao mesmo tempo em que no contexto político o Estado perde a força, com as políticas de privatização e de Estado mínimo, e uma profusão de entidades da sociedade civil tentam preencher os espaços abandonados pelo poder governamental.

Nesse cenário surgem diversas iniciativas em vários lugares, por pessoas e instituições, munidos de idéias vislumbrando uma transformação social. Tais sujeitos se utilizam das inovações tecnológicas, especialmente no campo das comunicações para seus propósitos. A educação, no entanto, não pode ficar de fora dessa realidade já que também tem sido atingida pela força da mídia por vários lugares e pessoas, seja da inserção dos meios na escola, seja da inclusão da escola nos meios, e nos próprios educadores e educando que “consumem” produtos midiáticos, bem como da introjeção da linguagem das tecnologias nos sujeitos de toda a sociedade. É preciso que os educadores atentem para esse fenômeno para que a comunicação não seja excluída ou quiçá entre pela janela da escola.

Numa sociedade movida pela imagem e sua força, deparamos com um Estado responsável pela regulação dos meios de comunicação – que por sua vez adota a plasticidade imagética para se apresentar perante a opinião pública – que acaba por fim, transformando-se em campo “espetacular” e se espalhando por toda área política, corrompendo-se e dificultando o processo de democratização da comunicação e informação¹. Graças as suas interdependências com a mídia que os projetam publicamente.

Por isso, no Estado espetáculo afirma Schwartzberg, a primeira providência cabível é a sua desmistificação. Diz ele que “para ‘des-espetacularizar’ o Estado é mister despojá-lo de qualquer máscara, de todo mito, de toda aura de prestígio. É preciso acabar com a mitologia do Estado, aparelho prestigioso e misterioso” (1978, p. 330). Continua, “é preciso reaprender o desrespeito, a insolência, e deixar de idolatrar os senhores do Estado” (1978: 333).

Embora o autor esteja se referindo a uma esfera de poder constituído, podemos se aportar em seu exemplo como forma de concepção do Estado por determinadas pessoas e nos conduzir à análise da mídia pelo ponto de vista de duas de suas principais características: *mistificação* e *mitificação*.

O excesso de admiração aos ocupantes de cargos do poder obscurece no cidadão a consciência do papel de cada um no Estado democrático porque segundo alerta o mesmo autor na República “o Estado não é o superior e sim o servidor do cidadão. Cabe a este lembrar que o Estado lhe pertence, que os eleitos são *seus* eleitos e os ministros seus ministros [...] Tendo sempre em mente esta verdade evidente: o Estado, somos nós” (1978: 334). Inconsciente dessa realidade alimentaria o fértil campo

¹ Após as eleições de outubro de 2006, com a nova configuração do Congresso Nacional 27 senadores (1/3 do Senado) e 53 deputados (mais de 10% da Câmara) possuem alguma participação em concessão de rádio e TV. Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br/>. Acesso em 27/10/2006.

do mito em torno do poder e de seus ocupantes, reforçado pela impactante produção imagética midiática.

Por outro lado, a mídia não é apenas o elemento reforçador de um poder, ela é o poder. Tem a força de passar para seus usuários uma espécie de misticismo, de algo que não existe numa realidade palpável e que conduz seus adeptos a um estágio de fantasias em torno dele e de si, originando uma sedução hipnótica.

Por essa capacidade ela se estabelece como campo mitológico, o Olímpio, que cria seus próprios mitos e os transportam para um mundo particular como “seres” extra-ordinários. Para o esclarecimento é necessário que as pessoas se livrem da fantasia e quebrem o encanto para começar a entender as relações da mídia como representantes das realidades e não como campo de criação de fantasias, ilusões. Claro, que não estamos desprezando o uso de suas subjetividades. Quero afirmar que é preciso o domínio dos meios pelos sujeitos e não o contrário evitando-se a “coisificação” do primeiro pelo último.

Diante de tal conjectura acreditamos ser necessário escrever uma nova *pedagogia do oprimido midiático* para quebrar o estigma do altar-mor eliminando ou pelo menos separando o mito do sujeito político colocando cada um em seu devido lugar. Afinal, alfabetizar é conscientizar (FREIRE, 1977). É importante, porém, por parte dos indivíduos, uma reeducação para a desmistificação do poder e da clarividência da força mítica dos meios de comunicação, para o entendimento real do papel do Estado nas suas vidas, no exercício pleno de seus deveres e este do regozijo de seus direitos. Ao pensar uma educação para a mídia obriga-se a refletir num processo de *alfabetização midiática* dos sujeitos. Redirecionando estes para a compreensão dos mecanismos de funcionamento dos meios de comunicação, seus truques e artifícios.

Ciente disso, o usuário da mídia poderia quiçá, passar por um processo de emancipação (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) conduzindo-o a uma nova forma de re-elaborar as mensagens recebidas distinguindo o que é de interesse coletivo do que é simplesmente opinião dos meios ou daqueles que os representam. Obrigando conseqüentemente uma reavaliação dos processos de comunicação na imprensa e na publicidade política especialmente.

É relevante compreender a mídia como um *meio* que situa no interstício entre dois lados (positivo – negativo) através dos quais, pode-se deslocar entre ambos conforme a intenção dos protagonistas que determinam as ações. Andrade (2006), no entanto, diz que na relação entre comunicador e receptor há estabelecido uma hierarquia, na qual o primeiro ocupa uma posição de dominação sobre o primeiro, que consiste não no princípio de igualdade entre indivíduos, mas no “direito de comunicar”, privilégio social assegurada a determinados indivíduos de uma classe social. Ou seja, a hegemonia entre ambos já é definida na fonte da mensagem. Reflexo da desigualdade presente na sociedade brasileira. Segundo ele “é a transformação da informação em mercadoria e do próprio processo de comunicação em processo de produção e consumo”.

Ocasionado por essas prerrogativas centralizada na emissão das mensagens midiáticas, mediadas por interesses diversos, o direito à verdade estabelecido nas diversas leis, torna-se secundário permanecendo à vontade e conveniências dos controladores dos poderes (político, econômico-financeiro, religioso, comunicacional etc). O que implica diretamente a seleção do conteúdo a ser publicitado, gerando desde a fonte da informação, o que denominamos aqui de *opressão midiática*. Chamando à discussão da necessidade de uma pedagogia do oprimido midiático, “vítima” da política

comunicacional dos meios comerciais estabelecidos no Brasil e que refletem a opinião dos grandes centros internacionais.

Assim, como os veículos de comunicação são usados para propagar a ideologia do grupo hegemônico que os controlam, é possível através deles, fundamentar uma prática pedagógica capaz de atuar na construção do conhecimento e conscientização da mensagem no público receptor, cuja ação esteja se desenvolvendo. A educação para a comunicação ressona na comunicação para a educação, e ambos os campos de intervenção social, imbricam-se e retro-alimentam entre si num processo homogêneo.

Mídia, educação, cultura e participação

O controle da mídia por agentes da política partidária interfere e contamina todo seu campo de atuação, de certa forma, acaba por eliminar – ou no mínimo, dificultar – a participação ativa das classes subalternas e outros agentes políticos marginalizados no processo, nos meios de comunicação vislumbrando-os como espaço de medição de força, na mediação dos conteúdos necessários a igualdade e justa atuação de todos.

A desigualdade midiática acarreta vários fenômenos. Primeiro agrega maior capital midiático aos seus proprietários e aliados sobre os demais; a centralização do poder da publicização e conseqüentemente a seleção do conteúdo a ser publicizado; e o mais grave: a tendência predominante de uma ideologia como monopólio da opinião pública favorecendo-se, não contribuindo com a pluralidade seja cultural, religiosa, política etc, tornando-se agente complicador do fortalecimento da democracia em todos seus sentidos.

Mediante tais práticas compreende-se os empecilhos que tem a sociedade organizada e os cidadãos de defender seu direito de comunicação da/na mídia. É problemático também entender o termo *meio de comunicação social* quando estes que deveriam ser ocupados pelos sujeitos sociais são cessados deste direito.

Diante desse quadro, a educação para os meios de comunicação torna-se elemento indispensável tanto para o esclarecimento da verdade como à produção de sentido pela sociedade, especialmente àqueles que estão às margens da comunicação e a informação.

O não (re)conhecimento da realidade por parte da maioria dos sujeitos sociais resulta no processo de massificação de produtos, idéias, culturas, etc. Originando a acomodação e não a integração desses sujeitos, como afirma Freire. Na massificação, segundo ele,

a possibilidade de diálogo se suprime ou diminui intensamente e o homem fica vencido e dominado sem sabê-lo, ainda que se possa crer livre [...] Seu gosto agora é o das fórmulas gerais, das prescrições, que ele segue como se fossem opções suas. É um conduzido. Não se conduz a si mesmo [...] E para superar a massificação há de fazer, mais uma vez, uma reflexão. E dessa vez, sobre sua própria condição de “massificação”. (1974: 63).

A educação torna-se o viés apropriado para o esclarecimento e a liberdade da opressão midiática, política, social, cultural. É a expulsão da sombra da

“domesticação” pela luz da conscientização do homem como pessoa (FREIRE, 1974: 37).

Outro elemento importante no contexto discutido é a cultura. Pois é por intermédio dela que muitas alternativas de emancipação acontecem e também são temas constantes nas pautas educativas. No entanto, algumas polêmicas circulam as questões culturais. O fenômeno da globalização ou internacionalização do capital que proporciona as trocas de bens simbólicos e não simbólicos, segundo alguns estudiosos, implica na eliminação das culturas locais. Já outra corrente o trata como um novo movimento anticultural. Concepção errônea segundo Canclini (1989) e Ortiz (1994). De acordo com eles, as trocas culturais é uma prática milenar, entre os povos, faz parte do organismo mutante desse campo.

No entanto, segundo a Teoria das Mediações cabe a cultura o papel de mediação social e teórica da comunicação com o popular, com a vida cotidiana, com os meios. Martin-Barbéro (2001: 270) afirma que

sobrecarregada tanto pelos processos de transnacionalização quanto pela emergência de sujeitos sociais e identidades culturais novas, a *comunicação* está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual se podem pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhada, a meio caminho entre o subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim, o eixo do debate de se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais.

O fato é, torna-se necessário que os participantes conheçam sua própria cultura para que possam se reconhecer instaurando um processo de identidade e fortalecimento dos laços de proximidade.

A preceptora eletrônica das crianças midiáticas

A infância em nossa pesquisa é trabalhada como a fase da construção do imaginário. Os meios de comunicação desde cedo com suas cores e sons seduzem as crianças, e com o passar do tempo eles vão apreendendo as emissões e adotando algum comportamento segundo o “ensinamento” dos meios, conseqüentemente esses indivíduos em formação demonstram possuírem certos domínios sobre as suas tecnologias. Porém, não sendo realizado um acompanhamento coerente com esse público, especialmente no uso inadequado de determinada programação, pode comprometer o processo de aprendizagem deles e até a sua convivência em sociedade.

A infância como estudada por pensadores clássicos como Erasmo, Comenius e Rousseau é a principal fase para o ensinamento. Dessa maneira, sendo esta sociedade considerada midiática, a “educação” pela mídia começa desde a amamentação, embora que inconsciente pela criança. Percebendo isso, não pode pais e educadores deixar para os meios a responsabilidade da educação coerente. Como afirma Comenius a “infância é a melhor fase de instrução do homem porque a mente está pronta para ser regada” (2004: 79). Sobre a mente infantil Erasmo diz que ela “não

sendo, logo de princípio, enriquecida com ensinamentos frutíferos, cobre-se de vícios” (1996: 57).

Enfim, como é conhecido, os meios de comunicação têm forte preocupação com o mercado de consumo. De qualquer forma, não custa ponderar as crianças sobre a programação midiática devido à riqueza mental que elas possuem para construir seus conhecimentos, formação do caráter e desenvolvimento de sua personalidade.

A criança é um ser capaz de desenvolver as atividades de comunicação e educação, como também aprender e ensinar através desse método. É o período das descobertas, e que ela mais procura chamar a atenção dos adultos. A concepção de criança no programa *De pé no chão também se aprender a ler*², é bastante coerente no tocante a educação pertinente nessa fase, na qual ela é compreendida como um aprendiz da realidade, pela prática social, cultural, artística, entre outros, como metodologia educativa (CORTEZ, 2005) que poderá potencializar essas experiências no trabalho com a comunicação radiofônica.

No entanto, nas atividades com a rádio escolar há uma faixa etária de idade que necessita mais cuidado para participação em projetos do gênero. Crianças muito jovens 5 e 12 anos são consideradas um público crítico para a rádio escolar, pois em experiências tem se constatado índice de abandono considerável. É fácil perceber o motivo. Nessa fase de descoberta, ela está repleta de curiosidade repentina, como também, cercada de indecisões. Mas é possível realizar as atividades, no entanto, o mediador deve ter consciência que a rotatividade no grupo poderá ser freqüente, mas não impede a devida realização dos trabalhos. Já com crianças acima de 14 anos a evasão dos trabalhos é menor e a tendência do amadurecimento sobre alguns assuntos, da mesma forma.

A rádio escolar tem como objetivos desenvolver a capacidade dos envolvidos em várias áreas como a oratória, expressão, desinibição, liderança, trabalho em grupo, autonomia, aumento do seu repertório lingüístico, cultural, intelectual, fazer leitura crítica dos meios de comunicação, apresentar alternativas comunicacionais, ter consciência e exercer sua cidadania dentre outras tantas, sem com isso, abandonar a ligação entre o conteúdo programático das disciplinas escolares. Pois, estas também serão temas dos programas. No uso do rádio na escola, no caso da criança, ela não deixará de “ser moleque, arteira, ativa e atleta” como aponta Rousseau (2004), corpo e mente sadios tornam-se indispensáveis na contemporaneidade.

Rádio escolar e educativo: produção e recepção

A concepção da utilidade desse meio de comunicação na escola se diferencia do modelo das emissoras de Rádio Educativo desenvolvidas nas décadas de 1960 até 1980. As denominadas escolas radiofônicas têm metodologia baseada em grupos de audiência que ouviam o programa, com ou sem material didático. Em alguns casos, havia acompanhamento durante a recepção das mensagens, em sala física, com a presença de um profissional (monitor, instrutor, professor) que auxiliava nas aulas.

Nesse sistema o rádio funciona como um “professor eletrônico”, a exibição é o início do processo de ensino-aprendizagem. O programa geralmente é elaborado por

² Movimento de educação popular implantado em Natal (RN), em 23 de fevereiro de 1961, pelo então prefeito Djalma Maranhão. Cujo objetivo era acabar com o analfabetismo de crianças, jovens e adultos.

uma equipe extra grupo, de retaguarda, e na frente do rádio ficam os alunos/ouvintes, ou potenciais aprendizes (IPEA, 1976: 17-19). Ou seja, o programa chega pronto ao público destino. É transmitido por uma emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM) ou Amplitude Modulada (AM).

Já a rádio escolar pode ser concebida de acordo com a possibilidade da escola, conforme recursos técnico e financeiro. Instalada no estabelecimento de ensino sua programação é transmitida através de sistema de som, por caixas distribuídas adequadamente em sua área a partir de um estúdio local, com alcance interno. Os programas da rádio escolar também poderão ser emitidos em qualquer emissora de radiodifusão sonora, comercial, educativa, comunitária, virtual. No entanto, na nossa pesquisa nos detemos na rádio local (escola).

Um ponto fundamental que diferencia nosso pensamento no Rádio Escolar do Educativo está centrado no processo de produção e recepção. Esse último tem no Rádio Educativo o escopo de seus objetivos. Os programas gravados ou exibidos ao vivo são elaborados por profissionais da educação e da comunicação e chegam ao aluno/ouvinte cercado por linguagem e formato fechados. Já na Rádio Escolar a produção é o organismo vivo principal, por isso, é nela que nos detemos com atenção especial.

Nessa fase, o conhecimento é construído pelos cidadãos-aprendiz que *apreendem, aprendem e ensinam* desde as técnicas do veículo, conteúdo didático e outros assuntos correlatos, ao que estão sendo trabalhados para a exibição do programa, como cidadania, política, educação, saúde, lazer, esporte, cultura, etc. Os educandos e educadores são ativos no processo da produção (em todas as fases) porque partem da condição de imobilidade na frente do rádio e assumem a sua direção em todos os sentidos. E a cada final de um programa, o processo é retro-alimentado estabelecendo a conexão com a necessidade de outros conhecimentos com os temas seguintes, sempre com abordagem inédita. Não é de interesse preparar jornalistas ou comunicadores, mas sim cidadãos que estejam conscientes de si e dos outros, das representações que o cercam.

A exibição do programa não é o final do processo, é apenas mais um elemento dele. O que mais interessa na produção e a utilização do meio de comunicação rádio, na escola, é a capacidade de ensino-aprendizagem que ele proporciona aos envolvidos em suas atividades. Acreditamos que as pessoas somente ouvintes dos programas aprenderão menos do que os participantes ativos. Pois os primeiros deixarão de aprender o que os demais compreenderam pela experiência e (con)vivência com os colegas, dos conteúdos teóricos e práticos, resultado do trabalho coletivo/colaborativo.

Dessa maneira, apresentamos o uso do rádio como alternativa da propositura do alicerçamento não só do saber escolar, mas também, do *se conhecer* e do *construir* o pensamento consciente das partes envolvidas na pesquisa, professores, alunos e a comunidade a qual a escola está inserida (FREIRE, 1974, 1983, 1994, 1996, 2003).

Rádio escolar e sociedade

Por outro lado, o diálogo entre escola e sociedade é o cerne da compreensão da rádio escolar. Assim como os meios de comunicação tornam-se mediadores entre os acontecimentos e o público, o rádio no ambiente escolar vai amplificar a dialogicidade por possibilitar a aproximação quanto o papel da escola, da sociedade e da mídia nas

relações de sociabilidades permeadas pelas discussões de diversas problemáticas como a educação, comunicação, cidadania, cultura, violência, inclusão (social e digital).

A rádio na educação escolar procura desenvolver suas atividades a partir da compreensão e memória (social, cultural, histórica, cognitiva) do aluno priorizando a inteligência e a reflexão (ERASMO, 1992: 438 apud FIGUEIRA, 1966: 1). Com o pensar associado à ação tendo como aportes os temas citados acima terá o educando e educador a oportunidade de compreender a realidade e originar mudanças diversas.

Na mesma direção ainda sob a égide de Erasmo, que propõe a iniciação escolar ainda no aleitamento – compromisso que os pais deveriam assumir desde cedo com boas maneiras e tornando responsáveis pela educação dos filhos, educados com bons livros e preceptores competentes – ao analisamos a hiper dependência que a sociedade contemporânea tem dos meios de comunicação, percebemos que a entrada da criança no mundo midiático se dá ainda no ventre da mãe, através do aparelho de ultrasonografia, durante o exame pré-natal, vista num monitor, auxiliado por cores e sons das batidas do coração do bebê, como também por transmissões ao vivo em cadeia nacional, do nascimento de uma criança ou até via Internet, telefone celular com chamada em vídeo etc.

No entanto, caso os pais não atentem ao conselho de Erasmo, o primeiro preceptores dessa criança poderá ser a televisão, por exemplo, e se os progenitores se afastam da educação inicial ficará ela, sem a mediação necessária para compreender, com o passar do tempo, quem é o seu verdadeiro “educador”.

Graças ao conjunto de imagens desordenadas, desconexas produzidas na e pela mídia poderá se estabelecer – na criança, passar pela adolescência e conseqüentemente na fase adulta – uma mentalidade limitada entrelaçando ilusão e realidade, dificultando o seu processo de compreensão do mundo e sua capacidade de transformação.

Rádio como canal de inclusão sócio-digital

A rádio escolar apresenta várias possibilidades de trabalhos. Uma dessas é a inclusão sócio-digital. O veículo por possuir características peculiares como a oralidade permite que pessoas portadoras de necessidades especiais possam dividir o mesmo espaço de ensino-aprendizagem, atuando nas diversas áreas desde a produção dos programas até a apresentação. É possível um cego ser locutor, um deficiente físico ser redator, apresentador, etc. É o conhecimento construído coletivamente e sem exclusões. O rádio exige da fonte produtora da mensagem o uso de linguagem fácil, acessível e universal, para que o interlocutor compreenda o conteúdo ensinado.

Atualmente percebemos que os meios de comunicação e sua presença na vida dos estudantes já se encontram introjetada desde o seu nascimento. Nascida na Idade Mídia (RUBIM, 2004) está inserida em seu mundo e durante toda infância será acompanhante na formação, tanto escolar como pessoal. Por essa percepção, acreditamos ser mais um elemento reforçador sobre a pertinência dos meios de comunicação na educação, visto que estes estão postos a todos como agentes de informação e formação com apelo sedutor.

Na rádio escolar, como estudamos, a experiência é uma prática rotineira no processo. O conhecimento pelo aprendiz do seu entorno, ou comunidade escolar, nas mais diversas áreas torna-se indispensável. Além disso, a produção jornalística com

suas técnicas exige dele a busca da informação e do conhecimento, bem como seu tratamento em linguagem apropriada. Dessa forma, o fazer também se concretiza em aprender pela realização. Conseqüentemente obriga esse educando um conhecimento universal, e devidamente orientado pelo mediador, terá a oportunidade de obtê-lo de forma consciente, caminhando com liberdade de pensamento e de práticas.

E o “professor” aonde fica? Para aonde vai?

O professor nesse contexto educacional recebe a nomenclatura de mediador do conhecimento (FREIRE, 1974). O universo do aluno é um dos seus referenciais educativos. Além da introdução de elementos externos à escola como auxiliares no processo de ensino-aprendizagem pelas artes dramáticas, música, jornalismo, aulas de campo, palestras, entre outros.

No entanto, sem a presença marcante do sujeito responsável pela mediação do processo ele torna-se inerte. O mediador ocupará o “lugar” do professor. Mas para chegar a esse posto deverá percorrer um longo caminho. Primeiro é necessário à educação para a mídia do ponto de vista do entendimento de sua linguagem e mecanismos de funcionamento. Segundo passo é o indispensável domínio das técnicas. O desconhecimento do uso dos suportes intimida e castra todo o desenvolver das atividades, ou se quer elas se iniciem.

Por outro lado, o analfabetismo midiático também provoca o distanciamento tanto dos meios como potenciais elementos de transformação educacional, social e de compreensão dos fenômenos da sociedade com coerência crítica. Bem como, conduz a pessoa da condição de sujeito a mero consumidor de modelos sociais, de produtos comerciais e na atuação para condicionar o usuário da mídia em um ser acrítico.

Mas como o mediador deve se inserido nesse campo “novo” de atuação educacional/comunicacional? É necessária uma política de educação para as duas hiper áreas: comunicação e educação. É pertinente que haja uma temática própria nos cursos de comunicação e da educação. No primeiro caso, os profissionais da comunicação deverão saber do seu papel como agente de transformação aportados por disciplinas específicas nos dois campos ou sobre os conteúdos direcionados aos temas referentes nas já existentes. No segundo caso, é pertinente a criação de especialização direcionada as temáticas que vão desde a Pedagogia até a Matemática. Cursos de formação (atualização) continuada acrescentando novas configurações que surgem com a modernização dos meios, suas linguagens etc. Em todas iniciativas necessita-se trabalhos com elementos da mídia como a metodologia do uso dos meios, jornal, Internet, conteúdo impresso, produção em vídeo e rádio entre outros.

Próximos capítulos

Diante do exposto procuramos demonstrar que a educação escolar procura neutralizar também as ações equivocadas dos meios de comunicação potencializando-os de forma positiva através de exercícios educacionais, alternativa mais eficaz no processo de compreensão dos fenômenos da sociedade apresentados pela mídia.

É preciso que tomemos alguns cuidados quanto o entendimento dos meios de comunicação na sociedade atual, passando desde suas implicações ainda na forma de

concessão pelo poder Legislativo e autorizado pelo Executivo, das suas interdependências entre a política à economia e outros fatores que são responsáveis pelo filtro do conteúdo publicado. Torna-se necessária ainda, uma mediação evitando uma diabolização dos meios (midiafobia), e por outro lado, da sua apologia (midiolatria). Os dois casos são maléficos a sociedade e ao processo de democracia, cidadania e liberdade dos sujeitos.

As pessoas precisam ser educadas para os meios de comunicação. A aprendizagem obriga a *endoeducação*, em outras palavras, é aprender um objeto por dentro dele mesmo. Isso nos conduz a perceber que há uma necessidade de conceber uma nova forma de entender o movimento da mídia.

Pelo lado do seu caráter opressor, parafraseando Paulo Freire, fica evidente que precisamos elaborar uma *pedagogia do oprimido midiático*. Por esse viés, ela também tem concepções de anulação de práticas sociais coletivas e coerentes, bem como da obscuração da luz consciente dos indivíduos. De qualquer maneira, ignorar e abandonar os meios como potencializadores de informação é desconsiderar a realidade social contemporânea. Afinal, é ela (com o viver e o existir) que instiga e estimula o evoluir da ciência na educação. Processo no qual está inserido a educação, o avanço tecnológico e as reconfigurações da sociedade, *locus* que se encontra a mídia.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDRADE, Arnon. **Comunicação, educação e democracia**. Disponível em <http://www.educ.ufrn.br/arnon/demo.htm>. Acesso em 20 junho 2006.

BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Planejamento/Centro Nacional de Recursos Humanos – CNHR. **Rádio Educativo no Brasil: um estudo**. Brasília, 1976.

COMENIUS, Jan Amos. **Didática Magna**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (Paidéia).

CORTEZ, Margarida de Jesus. **Memórias da Campanha “de pé no chão também se aprender a ler”**: reflexões sobre a prática pedagógica de ontem e de hoje. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005.

ERASMO, Desidério [de Roterdão]. **De Pueris**. Trad. Luiz Feracine, encarte especial. Intermeios, Campo Grande, Vol. 2, M.3, p. 1-60, 1966.

FIGUEIRA, Fani Goldfarb. **Erasmus: De Pueris**. Intermeios, Campo Grande, Vol. 2, M.3, p. 1-6, 1966.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).

_____. **Extensão e comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GUARESCHI, Pedrinho. **Comunicação e poder: A presença e o papel dos meios de comunicação estrangeira na A. Latina**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

JACQUINOT, Geniève. **O que é um educador?** Papel da comunicação na formação dos professores. I Congresso Internacional de Comunicação e Educação. São Paulo: maio 1998. Disponível em <http://www.artesdobrasil.com.br/genevieve.html>. Acesso 25/07/2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RUBIM, Antônio A. C. Espetacularização e Mídiação da Política. In_ RUBIM, Antônio A. C (Org.). **Comunicação e política: conceitos**. São Paulo: UNESP, 2004.

